

## IV LIMITES CONSTITUCIONAIS & LEGAIS

O Governo não possui total liberdade no uso dos recursos públicos. A *separação dos poderes*, o *equilíbrio orçamentário* e o *investimento vinculado* em determinadas áreas fundamentais são *limitadores da atuação governamental*.

Tabela 1 | Verificação do Respeito aos Limites – 2013

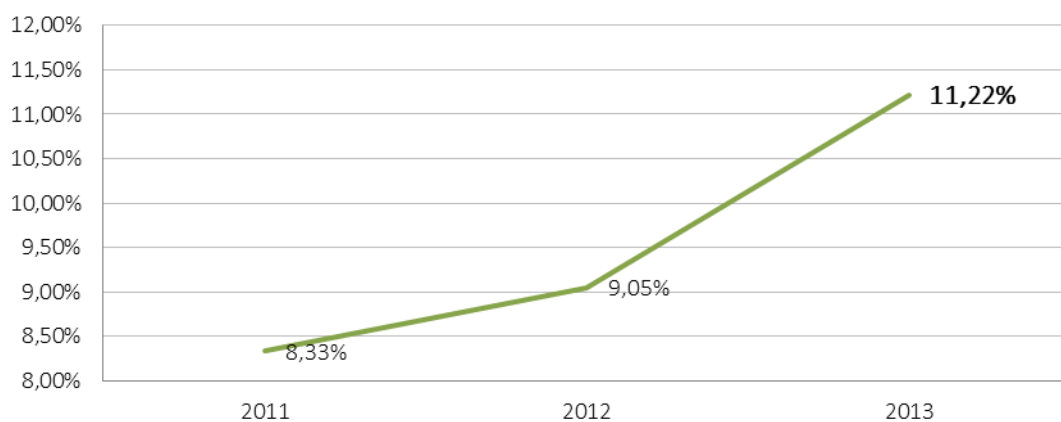
TÍTULO	Limite legal	2013	TÍTULO	Limite legal	2013
Judiciário	≤9,5%	9,11%	Pessoal	≤49%	47,23%
Legislativo	≤5%	4,86%	Dívida Consolidada Líquida	200,00%	59,91%
Ministério Público	≤4%	3,72%	Total Garantias sobre a RCL	22,00%	1,43%
Defensoria Pública	≤0,30%	0,16%	% Limite p/ Operações de Crédito Internas e Externas	16,00%	0,59%
Educação	≤30%	33,06%	% Limite p/ Operações de Crédito por antecipação de Receita	7,00%	0,00%
Saúde	≤12%	11,22%	Resultado Primário	1.136.622 mil	- 744.414. mil
Ciência e Tecnologia	≤2%	1,62%	Resultado Nominal	700.243 mil	435.528. mil

Fonte: Instrução Nº 49/14-DCE, fls.199

### 1. SAÚDE

Os gastos com a saúde em 2013 foram de R\$ 2,2 bilhões, equivalente a 11,22 da arrecadação dos impostos. Esse índice é menor que o constitucionalmente exigido de 12%.

Gráfico 1 | Limite Mínimo de Investimento com a Saúde



Fonte: Instrução Nº 49/14-DCE, fls.199

## 2. EDUCAÇÃO

O Estado do Paraná, em 2013, aplicou R\$ 6,9 bilhões na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino, o que equivale a 33,06% da receita resultante dos impostos, ou seja, índice maior que o constitucionalmente exigido de 30%.

Gráfico 2 | Limite Mínimo de Investimento com a Educação 2011 a 2-13

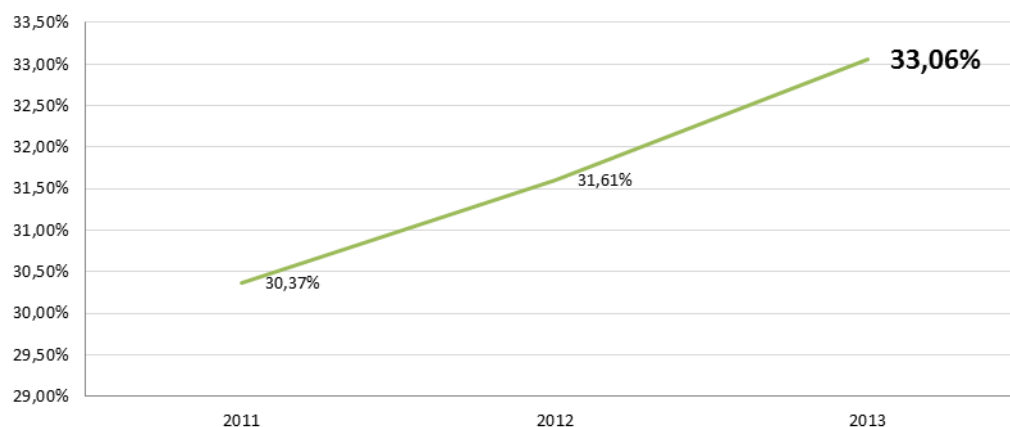
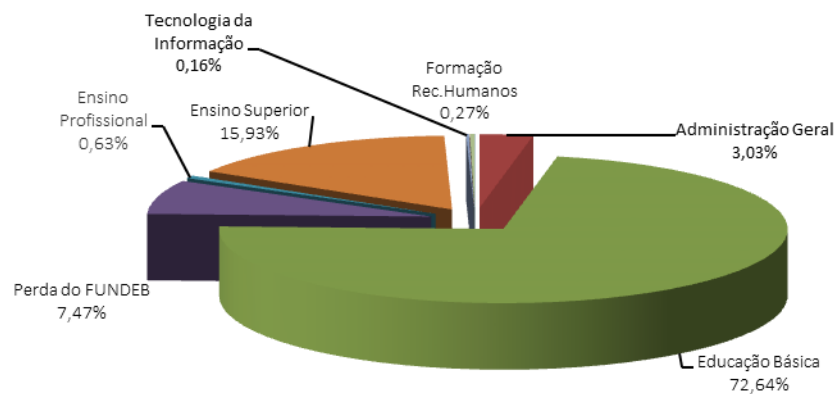


Gráfico 3 | Distribuição dos Gastos com Educação por Áreas

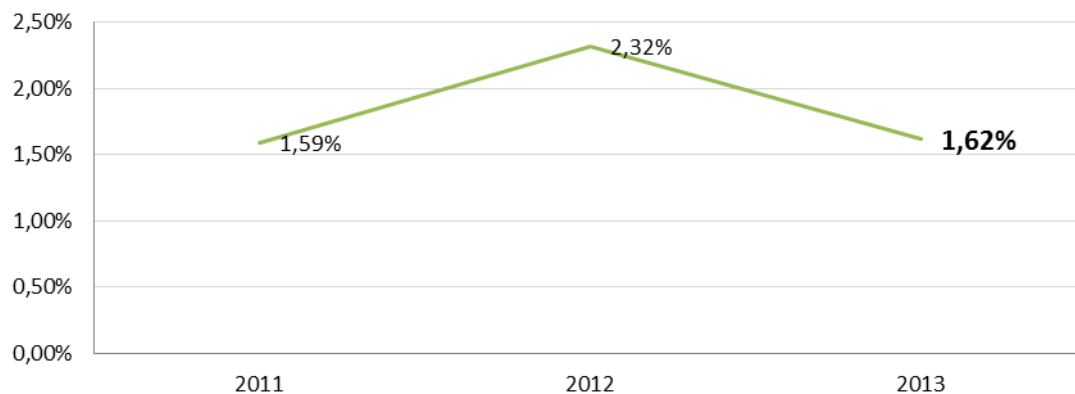


Fonte: Instrução Nº 49/14-DCE, Gráfico 25

### 3. CIÊNCIA E TECNOLOGIA

O Estado deve aplicar anualmente o mínimo de 2% da sua receita tributária para o fomento da pesquisa científica e tecnológica. Em 2013, o total de investimento nessa área foi equivalente a 1,62%.

Gráfico 4 | Limite Mínimo de Investimento com a Ciência e Tecnologia



Fonte: Instrução Nº 49/14-DCE, Tabela 94

### 4. DESPESAS COM PESSOAL

O quadro de pessoal do Poder Executivo Estadual em 2013 teve, em termos absolutos, um aumento de 7.026 servidores (+ 3,55%).

Tabela 2 | Quantidade de Funcionários Ativos do Poder Executivo – 2011 a 2013

NATUREZA DO CARGO	2011	2012	2013	VARIAÇÃO 2013/2012
ESTATUTÁRIOS	143.755	155.539	151.476	-2,61%
ESTATUTÁRIOS COM CARGO EM COMISSÃO	1.725	1.782	1.636	-8,19%
CELETISTAS COM CARGO EM COMISSÃO	0	0	0	
CARGOS EM COMISSÃO SEM VÍNCULO	2.319	2.499	2.515	0,64%
CLT TEMPORÁRIOS	1.029	879	698	-20,59%
CONTRATOS DE REGIME ESPECIAL - CRES	33.597	30.541	41.185	34,85%
CELETISTAS	9.177	8.185	8.795	7,45%
<b>TOTAL EXECUTIVO</b>	<b>189.877</b>	<b>197.643</b>	<b>204.669</b>	<b>3,55%</b>

Obs: Não considerados os Estagiários no Total do Executivo  
Fonte: Instrução Nº 49/14-DCE, fls.9.

A Lei de Responsabilidade Fiscal determina que o Governo só pode gastar, com pessoal, 49% da sua receita corrente líquida. Em 2013, esse limite foi respeitado, já que os gastos totalizaram R\$ 11,9 Bilhões, equivalente a 47,23% da receita.